

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

TRABALHO, DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO NO SETOR
ELETROELETRÔNICO DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Bolsista: Anna Cristina Nobre de Almeida, CNPq

MANAUS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO PARCIAL

PIB-SA/0011/2011

TRABALHO, DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO NO SETOR
ELETROELETRÔNICO DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Bolsista: Anna Cristina Nobre de Almeida, CNPq.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Selma Suely Baçal de Oliveira.

MANAUS

2012

RESUMO

A proposta de desenvolver um estudo sobre a mobilidade e qualificação dos trabalhadores que ficaram desempregados no setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus (PIM) nos anos de 2009 a 2011, se originou pela necessidade de compreender o que os levou a ficar desempregados, a fim de apresenta as características deste trabalhador, seu perfil, sexo e nível salarial. O estudo compõe duas etapas importantes, a do resgate teórico sobre o desemprego até chegar no Polo Industrial de Manaus. O tema central está fundado na categoria trabalho, desde sua essência até o trabalho industrial da forma como se apresenta hoje. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Manaus-Am, no sindicato da categoria, e trouxe elucidações importantes sobre quem é o trabalhador industrial manauara que fica desempregado. Busca um olhar qualitativo sobre a temática, tendo em vista a importância do levantamento de dados para compreensão do perfil do trabalhador desempregado. O estudo encontra-se em sua primeira etapa concluído, porém com perspectivas de continuidade para realização de entrevistas aos trabalhadores com objetivo de ampliar a análise. Nesta etapa conclusiva já delinea o perfil dos trabalhadores desempregados e apresenta coesão com pesquisas outras desenvolvidas nesta temática.

Palavras chave: Trabalho; Desemprego; Qualificação.

RESUMEN

La propuesta de elaborar un estudio sobre la movilidad y la cualificación de los trabajadores por sectores de electrónica redundante en el Polo Industrial de Manaus (PIM) para los años 2009 a 2011, se originó por la necesidad de entender lo que les llevó a estar en el paro, la para tener las características de este nivel de trabajador, el perfil, el género y el salario. El estudio consta de dos pasos importantes, la teoría de la redención en el desempleo hasta el Polo Industrial de Manaos. El tema central se basa en la categoría de trabajo, ya que su esencia a la obra industrial, tal como está hoy. La investigación se llevó a cabo en la ciudad de Manaus-Am, el sindicato, y trajo importantes aclaraciones sobre quién es el trabajador industrial de Manaus, que se queda sin empleo. Busca una mirada sobre la cuestión de la calidad, teniendo en cuenta la importancia de la recopilación de datos para la comprensión del perfil de los trabajadores desempleados. El estudio se encuentra en su primera fase completada, pero con perspectivas de seguir para llevar a cabo entrevistas con los empleados con el fin de ampliar el análisis. Este paso ya ha concluyente describe el perfil de los trabajadores desempleados y la cohesión se ha desarrollado con otras investigaciones sobre este tema.

Keywords: Labor, Unemployment; Qualification.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 A TRAJETÓRIA DO PROLETARIADO.....	10
2.2 O TRABALHO.....	10
2.3 O DESEMPREGO.....	13
2.4 A ZONA FRANCA DE MANAUS.....	17
2.5 QUALIFICAÇÃO.....	21
3 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	25
4 RESULTADOS PARCIAIS	26
REFERÊNCIAS.....	30
APENDICE	

1. INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolver um estudo sobre a qualificação e mobilidade dos trabalhadores que ficaram desempregados no setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus (PIM), originou-se, pela necessidade de compreender as causas que trouxeram a demissão em massa dos trabalhadores e como estes sobreviveram na situação de desemprego.

Conhecer de uma forma ampliada o contexto da Zona Franca de Manaus para com os países que mais investem em recursos financeiros no Polo Industrial de Manaus, haja vista que as crises internacionais implicam na demissão dos trabalhadores.

O tema trabalho é amplo, se faz presente em todos os âmbitos da sociedade com as mais diferentes interpretações, muitas vezes consolida-se numa atividade ligada exclusivamente à subsistência. No espaço industrial isto já ocorre, os donos dos meios de produção, não raras vezes, demonstram desinteresse pela pessoa do trabalhador, com a linha de produção, os empresários, em sua grande maioria, encontraram a forma “ideal” de super exploração da força de trabalho, e a massa operária, permitiu tal exploração como forma de sobrevivência.

A necessidade de maior educação formal e qualificação se faz presente no ideário de trabalhadores e empresários, mas, nada prova que a qualificação e modernização em curso melhora a sorte dos assalariados. Muitas vezes, nas áreas de inserção automática, o enxugamento do quadro funcional das empresas vem acompanhado de redução de salários, mediante contratação de novos empregados com salários menores, o que é facilitado pela existência de grande reserva de força de trabalho na Zona Franca de Manaus, bem como sobrecarga de trabalho para os trabalhadores que permanecem empregados. (OLIVEIRA, 2007)

O grande exército industrial de reserva faz com que aquele que trabalha seja facilmente treinável e substituível. O saber do trabalho pertence à chefia ou se localiza nas máquinas. Sob

esse aspecto, a relação da classe trabalhadora com os meios de produção tornou-se invertida. A pesquisa visou averiguar o que o trabalhador tem feito, do ponto de vista educacional para se manter, ou melhor, se colocar na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, fator relevante, se comparado ao que o mercado de trabalho exige desses trabalhadores.

Em vista da problemática abordada, pesquisamos num primeiro momento o perfil dos trabalhadores em situação de desemprego temática que carece cada vez mais de elucidações. Pois, ao longo da história da humanidade, as formas de produzir o trabalho foram alteradas segundo as modificações que os modelos de sobrevivência iam sofrendo.

O foco de estudo neste projeto se deteve sobre as modificações que vêm sofrendo o mundo do trabalho em que figura a presença do burguês (proprietário empregador) e do proletariado (empregado). Antunes (1997, p. 41), explica que estas transformações sofridas são resultados da expansão do desemprego estrutural, “[...] que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços”. Esta subproletarização se dá através de um trabalho com condições precárias, temporário, terceirizado e subcontratado.

As transformações econômicas, política e social ocorridas no mundo são frutos das crises vivenciadas pelo capitalismo ao longo dos anos. Sob a lógica da maximização da mais-valia, o grande capital busca superar essas crises, adotando medidas que atingem o mundo do trabalho de forma perversa. Dentre as medidas adotadas, os processos de flexibilização da produção parecem intensificar a precarização do trabalho, a exclusão de trabalhadores do mercado formal e a fragilização do movimento sindical. (VIEIRA, 2003).

Manaus foi sede da primeira Zona Franca no Brasil porque na época as grandes empresas buscavam expansão de mercados em escala mundial, já que as economias dos países desenvolvidos enfrentavam dificuldades. A criação da Zona Franca de Manaus em 28 de fevereiro

de 1967 com base em incentivos fiscais e amparados pelo decreto-lei 288, trouxe novas perspectivas ao mercado de trabalho interno. (MOURÃO, 2006; OLIVEIRA, 2007)

O regime militar instalado no país atraiu o investimento de muitas empresas para a região, conseguindo atingir vários objetivos de uma só vez, como a vinda de inúmeras multinacionais que trouxeram inovações tecnológicas para a produção e técnicos de outras partes do país e do exterior; e o ressurgimento das atividades econômicas na região, que havia declinado após o ciclo da borracha perder sua força. Com a inflação alta, os turistas brasileiros vinham fazer suas compras aqui. Houve também um crescente êxodo rural para a capital do Estado e um grande número de imigrantes do nordeste brasileiro veio buscar melhoria de vida. (MOURÃO, 2006; OLIVEIRA, 2007)

O estudo da indústria eletroeletrônica deveu-se a preponderância tanto em capacidade de absorção de mão de obra, quanto no faturamento de capitais, em relação aos demais setores industriais da ZFM. O setor faturou, em 1995, US\$ 7,4 bilhões (64,42%) do total do faturamento industrial de Manaus, empregando 26.604 trabalhadores, 56,28% do total de assalariados no PIM. (OLIVEIRA, 2002).

A reestruturação produtiva do setor frente às inovações tecnológicas atuais tem apresentado grandes avanços na produção. As matérias-primas utilizadas, como o aço e outros metais, estão sendo modificadas em quantidade e composições. Também, o crescente aumento da robótica traz consigo a necessidade de mão de obra mais qualificada. É mais fácil para a empresa a demissão do que qualificar trabalhadores para utilização de equipamentos de inserção automática o que tem elevado a taxa de desemprego no setor. (OLIVEIRA, 2000; 2007). E para onde está se dirigindo este trabalhador que passa pelo desemprego?

Esses dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em

decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural. (ANTUNES, 1997, p. 44).

A precarização do trabalho na Zona Franca de Manaus ocorre ainda através da terceirização, subcontratação e contratos temporários. Outro aspecto a salientar é a relação faturamento/mão de obra empregada onde se pode conferir um grande aumento na exploração de mais-valia dos trabalhadores, porque à medida que cresce o faturamento, diminui o número de empregados. Oliveira (2002, p.45) acrescenta que “de 1990 a 1997, houve uma redução de 58% na mão de obra empregada, ao passo que o faturamento, no mesmo período, apresentou um crescimento linear, chegando a ser superior em 75% no ano de 1997 em relação a 1990”. Na presente pesquisa o mesmo fator continua ocorrendo se olharmos de maneira mais atenta.

Diante desse contexto, a pesquisa traz dados que serão ampliados na interlocução com os trabalhadores em situação de desemprego. A mesma abrange resultados obtidos através de questionários aplicados diretamente aos trabalhadores no sindicato da categoria.

Os objetivos perpassaram pela elaboração de um levantamento sobre a mobilidade e qualificação dos trabalhadores que ficaram desempregados do ramo Eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, a fim de ampliar a bibliografia local sobre a temática: trabalho, empregabilidade, desemprego e qualificação voltados para a Zona Franca de Manaus.

Realizamos a coleta de dados nas aplicações de questionários dentro do espaço do sindicato da categoria, através dos quais elencou-se o perfil dos trabalhadores que ficaram desempregados, observou-se que o grau de escolaridade, faixa salarial e qualificações também influenciam nas demissões.

Vale ressaltar que este projeto já foi aprovado para renovação, cujo registro é PIB- SA 0069/2012. Objetivando a continuidade e ampliação do tema deste projeto, partindo para uma pesquisa quanti-qualitativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A trajetória do proletariado

Para estudarmos os desempregados do setor eletroeletrônico e seu destino, precisamos ter claro que o capitalismo desapropria os pequenos produtores e os tornam vendedores de sua força de trabalho em troca de um salário. Uma de suas características é assalariar o maior número de empregados possíveis. Assim, um pequeno grupo detém a maior quantidade de capital, e um grande grupo - os proletários - empobrecem mais ainda.

A divisão do trabalho no capitalismo também é fator importante de ser analisado, Braverman (1987, p.70) assinala que, “[...] embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas”.

A questão que norteia o trabalho quando centrada no desemprego nos leva a pensar que o trabalhador após não conseguir vender sua força de trabalho, será acometido por um dos males da sociedade moderna, o desemprego, que se torna cada dia maior e atingindo todas as classes. Dados do IBGE revelam que cerca de 1,8 milhões de pessoas estavam desempregadas em 1989. Em 2003, eram cerca de 8,5 milhões.

Para conseguir empregar-se ou permanecer no posto de trabalho, o trabalhador tornou-se polivalente. Vieira (2003) afirma que neste cenário de trabalhador polivalente, são muitos os sentidos que tem de se absorver: multifuncional e multiqualificado, hifenizado: tempo-parcial, temporários, emprego causal, por conta própria, terceirizado, entre outras denominações. Enfim, o que ocorre é a precarização do trabalho e a exploração do trabalhador.

2.2 O trabalho

Os pequenos artesões, proprietários rurais e urbanos e profissionais liberais concentravam em suas oficinas uma parte da produção de sua sociedade. Mas com o advento das máquinas, estes pequenos produtores, sem ter condição de competir com tecnologia, passaram a vender o único bem que lhes restava: sua força de trabalho. Outros se juntaram a eles, como os servos dos antigos feudos. Dessa forma, os burgueses – detentores do meio de produção – usam a força de trabalho de seus empregados em troca de um salário para produzir lucro. E para isto, utilizando-se de diversos meios de exploração.

A divisão do trabalho entre cidades logo traz como consequência o nascimento da manufatura. [...] A concentração e desenvolvimento da manufatura, por sua vez, permite a aparição da grande indústria, e com ela, a aplicação das forças naturais à produção, à maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho. (MARX *apud* ENGUITA, 1993, p. 110)

A acumulação de capital é um processo pelo qual o patrão lucra e esse lucro é revertido em mais lucro. O proletário, por sua vez, não acumula nada ao vender-se diariamente no mercado de trabalho para sobreviver.

O trabalhador se vê em uma situação difícil, ou ele aceita ser fonte de lucro para o patrão, mesmo sabendo que é explorado, ou ficará desempregado, pois se ele recusar a oferta de vagas há um exército industrial de reserva a espera daquela vaga. Para os empregadores torna-se muito fácil ditar as regras do contrato de trabalho, pois se existe um que recuse, há mais na fila esperando pela mesma oportunidade. (OLIVEIRA, 2007)

A força de trabalho é a base comum para toda mercadoria e ela mesma se constitui em mercadoria. Hirata, debatendo sobre Tecnologias, Trabalho e Educação (1994), expressa que o desenvolvimento da produção no quadro do regime de acumulação fordista se baseou na fabricação em massa de bens padronizados, através do uso de máquinas especializadas não flexíveis e com recurso a uma massa de trabalhadores semiquualificados.

É importante ressaltar o papel da educação para o fortalecimento da exploração da mão de obra. A grande massa de trabalhadores semiquualificados poderá exercer por anos os mesmos

postos que lhe foram confiados sem que percebam a necessidade de elevar seu nível de qualificação. A. Smith, citado por Gorz (1980) diz que se um homem passa a vida inteira executando algumas operações simples, não tem condições de usar a inteligência. Torna-se, em geral tão estúpidos e ignorantes, quanto possa ser uma criatura humana.

Vemos a recomendação do Banco Mundial para a educação em países em desenvolvimento, onde:

Tem recomendado que se priorize o Ensino Fundamental, deixando de investir em educação profissional especializada e de elevado custo como estratégia de racionalização financeira com vistas ao atingimento das metas de ajuste fiscal. [...] A pesquisa aponta a irracionalidade do investimento em educação acadêmica e prolongada para aqueles que, segundo os resultados da investigação, são a maioria e não nascem competentes para o exercício de atividades intelectuais: os pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres. Para estes, mas racional seria oferecer educação fundamental, padrão mínimo exigido para participar da vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementada por qualificação profissional de curta duração e baixo custo. (KUENZER, 2000, p.23).

Como vemos, para os grandes interessados na fluidez da economia, apenas educação básica é suficiente para que todos trabalhem sossegados e felizes, pois é muito mais fácil alguém fazer algo quando se está convencido que aquilo é bom para si.

Padoin (2000, p. 23) aponta que, a defesa da escolaridade básica passou a ser mais presente à medida que são incrementadas inovações tecnológicas e organizacionais, pois foi criado “[...]um consenso em torno da ideia de que maiores níveis educacionais constituem os pré-requisitos para que os trabalhadores tornem-se aptos a lidar com o novo modelo produtivo”. A autora ainda completa que “a demanda por mão de obra escolarizada pode estar ligado ao desemprego atual, pois existe maior oferta de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho” (PADOIN, 2000, p.24).

Isto nos remete a outra questão: a sindicalização dos trabalhadores. Veremos a seguir, quando formos tratar do desemprego, que estão crescendo cada vez mais o número de trabalhos

precarizados, parciais, temporários, informais. Isso é um forte fator na crise sindical que vem passando a classe trabalhista. Antunes (1997) explica que há um fosso entre os trabalhadores estáveis e aqueles que resultam do trabalho precarizado. Com o aumento desse abismo social no interior da classe, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente ligado aos trabalhadores estáveis, enfraquecendo ainda mais a luta contra a exploração capitalista. Alves (2000, p. 203) citado por Vieira (2003, p. 43), diz que “[...] a terceirização é uma das inovações produtivas mais temidas pelos sindicatos”. Enguita (1993, p.177) explica que:

Nas primeiras fases do desenvolvimento do trabalho assalariado, a venda da força de trabalho como mercadoria pode ver-se em maior ou menor grau subtraída às leis do mercado pela carência de mão-de-obra especializada em certos setores, pelo peso de costumes ancestrais ou pela existência de um monopólio de demanda em ramos da produção não desenvolvidas ainda, mas, à medida que se estende e se generaliza o regime do trabalho assalariado, o regime da produção e da troca da força de trabalho tende a assemelhar-se cada vez mais ao de qualquer outra mercadoria.

2.3 O desemprego

A reestruturação da produção em uma era de globalização dos mercados econômicos mundiais traz consigo uma série de consequências, que são inevitáveis tendo em vista que a inovação tecnológica é um fator de sobrevivência das organizações. (OLIVEIRA, 2007)

O desemprego surge como um dos resultados negativos da globalização e da tecnologia. Kato e Ponchirolli (2002), ao escreverem sobre o desemprego no Brasil e seus desafios éticos, afirmam que o fato da máquina dispensar o homem de tarefas insalubres e repetitivas não deve ser visto só pelo lado negativo, ela também liberta o trabalhador para tarefas criativas e proporciona mais tempo livre.

Se olhado por este prisma, a humanidade não teria evoluído tecnologicamente se estivesse ainda com a machadinha de pedra. O processo evolucionário tem seu preço, e como podemos ver, em especial nos países pobres. Oliveira (2002, p.41) afirma que: “O Brasil tem uma população

economicamente ativa de 75 milhões de trabalhadores. Mas, somente, 23 milhões têm carteira assinada e 9 milhões são demitidos a cada ano”. Os empresários encontram maior lucratividade na demissão de “desqualificados” e contratação de trabalhadores “qualificados”. (OLIVEIRA, 2007).

A mundialização dos mercados ao provocar a reestruturação da produção, introduz novas tecnologias que se utiliza cada vez menos de mão de obra; e em países pobres, onde pouco se investe em pesquisa e desenvolvimento, os trabalhadores que não conseguem acompanhar a evolução do mercado de trabalho, são excluídos ou enviados para subcontratação, onde na maioria das vezes, perdem seus direitos essenciais.

A reestruturação do capitalismo contemporâneo não tem significado, para a classe trabalhadora, alívio e maior tempo livre. Pelo contrário, na sociedade atual, a literatura especializada tem evidenciado aumento do ritmo de trabalho, baixas remunerações, precarização e desemprego que assume uma conotação diferente da de outros tempos. Em razão do aumento do capital fixo, o processo de produção exige um número menor de trabalhadores. O tempo em que as pessoas permanecem desempregadas aumenta e algumas ficam fadadas a nunca mais voltar ao mercado de trabalho formal. (PADOIN, 2000, p.6)

Há um paralelo, segundo Antunes (1997), entre a redução do operariado industrial e fabril e o aumento do subproletariado, do trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Neste novo quadro, há incorporação do trabalho feminino e exclusão dos mais jovens e mais velhos. Com isso, ocorre um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Nos anos de 1990, a cada 5 ocupações criadas, 4 eram precárias, como autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal. Segundo Pochmann (1998), no setor industrial, entre 1990 e 1998, houve cerca de 1,2 milhões de demissões influenciadas pela ampliação do grau de exposição externa do parque produtivo nacional.

Uma das características do capitalismo que gera o desemprego são as crises oriundas da superprodução. Com a economia desaquecida, diminuem-se as atividades até chegar à depressão, que se caracteriza por uma grande diminuição dessas atividades, com quedas nos lucros,

desemprego e subemprego, além da queda dos salários reais. Depois deste período, onde foram destruídas muitas forças produtivas e causadas terríveis desgraças para a classe trabalhadora, o capitalismo volta a se recuperar e crescer. São as chamadas crises cíclicas.

Para combater o desemprego é necessário mudar a política econômica que prioriza o capital, em detrimento à geração de emprego.

A partir da crise de 1930, atribuiu-se ao Estado a responsabilidade nas buscas de soluções para o desemprego, pois os gastos públicos do governo com educação, construção de moradias, estradas, infra-estrutura, saúde, serviços públicos em geral eram responsáveis por 60% dos empregos gerados na sociedade.

Na verdade, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo de FHC (1945-98), são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país (MATTOSO, 1999, p. 9).

A partir dos anos 1990, o advento do neoliberalismo trouxe antigas concepções sobre o desemprego, com o único objetivo de favorecer a classe capitalista. Proposições como: o desemprego é problema individual; a existência de muitos impostos, o custo médio de produção da mercadoria se eleva, impedindo as empresas de contratarem; a migração para as grandes cidades causa inchaço e falta de oportunidades; se tivessem ficado em seu município de origem, haveria trabalho.

Desta forma, há toda uma força a favor de que o desemprego seja visto como um acontecimento natural, o que de fato não o é, o desemprego é um problema histórico social, e como já foi afirmado, nascido junto com o capitalismo. Meneleu Neto (1996, p. 89) explica que:

Todas essas características apontam para fragilização do trabalho organizado. [...] Em seu lugar vem sendo posto um mercado de trabalho flexível, onde não aparece haver lugar para conflitos coletivos ou posições ideológicas. Mas a

reestruturação capitalista não se dá num contexto neutro, e sim num contexto de resistência por parte dos trabalhadores.

Até pouco tempo, o modelo com maior exclusividade adotado linhas de produção era o fordismo. Trata-se da forma pela qual a indústria e o processo de trabalho se consolidaram ao longo deste século, tendo como principais elementos à produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro. (ANTUNES, 1997).

Harvey (1992), explica que as políticas de substituição das importações em muitos países do Terceiro Mundo associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais (1966/1967) na direção da manufatura no estrangeiro, geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente.

Em torno da década de 1970 e 1980, a acumulação flexível, como assinala Harvey (1992), é marcada por um confronto direto com o fordismo, sendo forma própria do capitalismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Sua característica é o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Os resultados deste processo foram altos níveis de desemprego estrutural, retrocesso da ação sindical e o excesso de individualismo, encontrou condições sociais favoráveis, entre tantas outras consequências negativas.

Imbrizi (1997) esclarece que a concorrência no mercado de trabalho propicia a elaboração de um discurso ideológico que prega a dependência do operariado à sobrevivência da empresa. Se esta fracassar, o operariado perde o emprego e o receio dessa perda é grande, já que o nível de

desemprego também é assustador. Por outro lado, há o discurso que se a empresa vencer, o operário também vencerá.

Sobre as causas do desemprego atual, Padoin (2000) diz que se podem indicar aquelas desencadeadas por variáveis estruturais, a abertura do mercado mundial que ocasionou nova divisão internacional do trabalho e a associação de mudanças na conjuntura econômica e política para os ajustes necessários ao capital.

Configura-se assim o mercado de trabalho no qual os proletários estão sujeitos, onde o modelo de produção vigente, que como todos os outros já criados, visam lucros e exploração de mão de obra barata. Antunes (1997, p. 88) esclarece que:

Essa heterogeneização, complexificação e fragmentação da *classe-que-vive-do-trabalho* não caminha no sentido da sua extinção; ao contrário de um *adeus ao trabalho* ou à *classe trabalhadora*, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece, de um lado, a *possibilidade* da emancipação *do e pelo* trabalho, como um *ponto de partida* decisivo para a busca da onilateralidade humana.

2.4 A Zona Franca de Manaus

Oliveira (2001), explica a criação da ZFM como um projeto de desenvolvimento da Amazônia Ocidental sob a égide do discurso oficial. Sua consolidação pode ser analisada a partir da expansão do capitalismo monopolista em que o país estava submetido, inclusive com a instalação de muitas empresas industriais estrangeiras, das quais, uma grande maioria veio para a ZFM por conta das excelentes condições de isenção fiscal. Segundo ele, o interesse do Estado enquanto assumidor de tarefas de “[...] desobstruir pontos de estrangulamento do desenvolvimento capitalista e estimular as empresas privadas [...]” (OLIVEIRA, 2001, p.15) tinha como base, as novas formas de acumulação de capital. Segundo o autor, as indústrias estrangeiras recebem inúmeros benefícios e apenas transferem as fases finais da produção para a região a fim de utilizar mão-de-obra a custos baixos. Sá (1996) completa que, a criação da ZFM foi mais uma medida para dar suporte a fiscalização e guarnição das fronteiras amazônicas.

O Polo Industrial de Manaus - PIM - possui uma diversidade no que concernem às fábricas aqui instaladas. O setor eletroeletrônico concentra uma imensa gama de empresas responsável por 80% da fabricação de bens eletrônicos de entretenimento.

O estudo da indústria eletroeletrônica deve-se a preponderância tanto em capacidade de absorção de mão de obra, quanto no faturamento de capitais, em relação aos demais setores industriais da ZFM. O setor faturou, em 1995, US\$ 7,4 bilhões (64,42%) do total do faturamento industrial de Manaus, empregando 26.604 trabalhadores - 56,28% do total de assalariados no PIM. (OLIVEIRA, 2002; 2007).

Em 2003, dados da SUFRAMA apontam que o faturamento do setor eletroeletrônico em 2003 foi na faixa de R\$ 9.927.684.268, superior a todos os outros setores do PIM. Cada ano em crescente alta.

Contudo, se analisarmos o fato de que a Zona Franca encontra-se em um local de difícil acesso se comparado ao restante do país, se questionará o porquê de sua instalação. Trata-se de interesses puramente capitalista. Mão de obra com pouca experiência e formação, além de baixa taxa de organização sindical; despertou interesse em especial, nas indústrias eletroeletrônicas multinacionais. Oliveira (2001, p.13), completa este pensamento ressaltando que:

Os intelectuais comprometidos com o modelo adequaram engenhosamente o discurso de defesa nacional e abertura para grupos privados (nacionais e estrangeiros), sob o amparo da ideologia de integração nacional, ocupação dos espaços vazios e desenvolvimento regional.

Com o desenvolvimento da ZFM, a cidade sofreu um inchaço, pois além dos moradores do interior, muitas pessoas de outros Estados vinham em busca de melhoria de vida, o que resultou em agravamento dos problemas sociais, engrossando a camada da periferia, forçando o Estado a investir na estrutura da cidade. (MOURÃO, 2006; OLIVEIRA, 2007).

Por volta da década de 1970 a 1990, Manaus registrou um crescimento econômico a uma taxa média de anual superior a 11%. Este crescimento, em especial no setor industrial, elevou a participação no PIB de 0,7 para 2,2%. (BUARQUE, LOPES e ROSA *apud* OLIVEIRA, 2001, p.42).

Araújo Filho (1992) *apud* Sá (1996, p. 79) esclarece que “de 1960 a 1980, a esperança de vida aumentou em mais de 20% e houve declínio da taxa de mortalidade infantil no Amazonas”. Segundo Fonseca, Pacheco (1996) citado por Sá (1996, p.113), a ZFM concentrou um segmento indústria e atuou favoravelmente em um novo dinamismo para a Amazônia Ocidental.

Como em todo o país, a ZFM não ficou imune às crises sofridas pela classe trabalhadora. Após 1990, a indústria eletroeletrônica passou por diversas transformações referentes ao modelo de produção. Ela tornou-se mais automatizada e intensificou a utilização da automação em componentes eletrônicos, enxugando consideravelmente a mão de obra. Muterle (1996, p. 9) esclarece que o mercado hoje está se transformando através das novas características do mercado, “pelo uso produtivo das novas tecnologias de base microeletrônica e pela difusão da chamada forma de organização da produção integrada e flexível”.

Oliveira completa:

Com essa nova configuração, ao contrário do que ocorria nos anos de 1970, quando não eram exigidos, da grande maioria dos trabalhadores conhecimento mínimo adequado e escolaridade mínima para ingresso no trabalho, hoje, as empresas estão a exigir nível médio de instrução escolar e conhecimentos complementares para ingresso na indústria eletroeletrônica. Evidentemente, esse padrão de gestão e seleção de mão-de-obra deve-se também à existência de um grande contingente de trabalhadores desempregados e escolarizados (2002, p.42).

Vale ressaltar que a precarização do trabalho, também ocorre através da terceirização, subcontratação e contratos temporários. Outro aspecto a salientar é a relação faturamento/mão-de-obra empregada onde se pode conferir um grande aumento na exploração da mais-valia dos trabalhadores, porque à medida que o cresce o faturamento, diminui o número de empregados.

Oliveira (2002, p.45) acrescenta que “de 1990 a 1997, houve uma redução de 58% na mão-de-obra empregada, ao passo que o faturamento, no mesmo período, apresentou um crescimento linear, chegando a ser superior em 75% no ano de 1997 em relação a 1990”.

A terceirização veio a se intensificar a partir da década de 1990. As empresas, ao invés de realizar a contratação direta, encomendam e subcontratam através de firmas gerenciadoras de Recursos Humanos. Harvey (1999) esclarece que “os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível”. (p.144). Oliveira (2001) afirma que a ZFM está servindo ao capitalismo monopolista, apesar de repassar a visão de um padrão planejado neutro.

Ainda em relação à terceirização, pode-se perceber que ela gera insegurança no trabalhador, que evita qualquer tipo de confronto com a liderança em virtude da alta rotatividade e constante ameaça de demissão. Oliveira (2002, p. 47), ao pesquisar o crescimento da terceirização, aponta “[...] no início dos anos 1990: 1992 - 17%; 1993 - 20%; 1994 - 24% e 1995 - 26% [...]”.

Druck (2001) citado por Vieira (2003, p. 47) explica que:

A terceirização divide, desintegra, diferencia e fragmenta o trabalho e a própria fábrica, ao mesmo tempo em que cria um “fosso” entre uma cultura dos trabalhadores que permanecem contratados como efetivos na empresa e uma cultura dos subcontratados submetidos a condições precárias e à informalidade.

Este fato tem agravado mais ainda a situação do trabalhador e precarizado cada vez mais o uso da força de trabalho. Isto gera diferenças entre os trabalhadores efetivos e contratados, como nos salários e nos benefícios; ainda podem ser considerados operários de ‘segunda’. Também favorece o enfraquecimento do vínculo empregatício e a exclusão das políticas de cargos e salários.

As mutações sofridas pela ZFM resultaram em drástica redução no nível de emprego. Oliveira (2002), explica que as transformações que estão acontecendo no quadro econômico

mundial e nacional faz surgir ameaças, como fechamento de fábricas e demissão em massa, o que repercute em grande pressão sobre os trabalhadores e provoca angústia frente ao desemprego.

Antunes (1997, p. 45), explica a presença feminina no mercado de trabalho como um dos traços marcantes nas transformações da classe trabalhadora, que hoje não é mais, exclusivamente, masculina. Ele conclui que hoje há:

Um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços. Essa mudança de estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupação de tempo parcial, em trabalhos ‘domésticos’ subordinados ao capital [...].

Desta forma, a força de trabalho da indústria eletroeletrônica se encontra fragilizada mediante tantas mutações desfavorecedoras à classe trabalhadora e necessita de reformulações que venham ajudá-la a superar a atual crise que está passando.

Nessas empresas não existem emprego vitalício, há menor qualificação da mão-de-obra, condições precárias de trabalho, assim como contratos irregulares de trabalho ocasional ou parcial – em geral realizado por mulheres – com padrões salariais muito mais baixos que os vigentes nas grandes corporações. (DRUCK, 2001, p. 96-97 apud VIEIRA (2003).

2.5. Qualificação

Hirata (1998) concentra sua atenção na polarização das qualificações para o modelo da competência. Para ela, o paradigma da polarização das qualificações foi superado dentro da sociologia das qualificações. E, a qualificação deve ser analisada de forma multidimensional. Além disso, a mesma ressalva, ainda, a existência de dois tipos de qualificação: a formal e a “tácita”.

A qualificação formal do emprego é aquela definida pela empresa a partir das exigências do posto de trabalho. Já a qualificação tácita subdivide-se em: “qualificação real” e “qualificação operatória”. A primeira, respectivamente, apresenta-se como o conjunto de competências e habilidades, técnicas, profissionais, escolares e sociais. Já a “qualificação operatória” apresenta-se como as potencialidades empregadas por um operador para enfrentar uma situação de trabalho. Além disso, deve-se enfatizar a qualificação como uma relação social. Esta se correlaciona com as forças capital-trabalho, resultante da distinção entre qualificação dos empregos e qualificação dos trabalhadores.

As exigências do posto de trabalho se sucedem ‘um estado instável da distribuição de tarefas’ onde a colaboração, o engajamento e a mobilidade, passam a ser qualidades dominantes. Segundo a autora para se estudar as qualificações deve-se separar os gêneros.

[...] as ações de requalificação não têm a mesma extensão, nem o mesmo alcance, nem a mesma significação, para as mulheres e para os homens, e a formação poderá acabar sendo lugar para construção de incompetência técnica das mulheres, marginalizando assim as não qualificadas de acordo com as inovações. (HIRATA, 1998, p.136).

O tema qualificação é extremamente complexo tanto na sua definição quanto ao que concerne aos gêneros.

Segundo Enguita, (1993), de acordo com o discurso ideológico escolar, postas todas as crianças no mesmo ponto de partida e dotados dos mesmos meios, suas realizações diferentes dependerão somente de suas particulares capacidades, disposições, motivações, vocações e escolhas. Se alguma parte com desvantagem na carreira por fatores extra-escolares familiares, culturais e sociais [...], a escola não pára para ‘compensá-los’.

É essa combinação de igualdade e desigualdade que transforma o tratamento igual em desigual, tanto na circulação como nas oportunidades escolares. Toda “organização social” volta-se para economia, transformando-se numa relação de desigualdade que permite ao segundo

explorar o trabalho do primeiro e obter finalmente um valor superior ao desembolsado, porque se sobressaiu na sociedade “igualitária”. Enguita (1993) ressalta, ainda, que o ensino, não só cumpre a função de qualificar a força de trabalho, mas cumpre igualmente outras funções nada desprezíveis de socialização, legitimação, individualização dos conflitos sociais, homogeneização ideológica etc.

O modo capitalista de produção destrói sistematicamente todas as perícias à sua volta, e dá nascimento a qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades. As capacidades técnicas são daí por diante, distribuídas com base estritamente na ‘qualificação’. Assim, o princípio fundamental da organização industrial, é a divisão do trabalho, a qual se diferencia da distribuição de tarefas, ofícios e especialidades.

Ensaíam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a ‘gestão participativa’, a busca da ‘qualidade total’, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O taylorismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado.

[...] A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas[...]. (HARVEY, p.140,1992).

Embora o autor afirme que as empresas baseadas no modelo fordista podem adotar tecnologias denominadas neofordismo. Reconhecer, entretanto, que as pressões competitivas, bem como a luta pelo controle da força de trabalho, levaram ao nascimento de formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos.

Ocorreram desempregos, retrocesso da ação sindical, aumentou o individualismo, entre tantas consequências negativas. (ANTUNES,1995).

Trabalhador torna-se polivalente, ou seja, capaz de operar com várias máquinas, combinando várias tarefas simples. O que surge para enxugar cada vez mais o número de pessoal. Assim, o toyotismo aparece como uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Este se estrutura a partir de um número mínimo de trabalhadores. Todavia, ao trabalhar com determinada quantidade de trabalhadores, se apenas um deles falhar, o grupo perde o aumento. A chamada “polivalência” do trabalhador japonês que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando “várias tarefas simples”. (ANTUNES,1995).

Já a década de 1990 foi marcada por uma redução drástica no nível geral de emprego. Segundo informa o economista Márcio Pochman, organizador do livro Desenvolvimento, trabalho e solidariedade, só no município de São Paulo, de 1991 a 2000, houve uma redução de 11% nos postos de trabalho. Em 1991, havia 3,55 milhões de postos de trabalho na capital paulista enquanto que, no final da década havia 3,16 milhões.

A exigência por qualificação e a maior competitividade apresentam um lado “perverso”, pois estando os trabalhadores pressionados pelas mudanças de trabalho e do desemprego, a requalificação profissional tornar-se cada vez mais necessária para a permanência nos postos de trabalho.

A formação profissional se transforma um critério de seleção e não necessariamente uma exigência do setor de produção. Tal fato é evidenciado devido à preferência na contratação de pessoas com maior nível de escolaridade, mas, para ocupar cargos de baixa qualificação. Tudo isso devido ao enxugamento do quadro da reestruturação organizacional.

3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa realizou-se na cidade de Manaus. Teve como foco compreender as formas pelas quais se está reestruturando o mercado de trabalho do setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus e de que forma o desemprego atingiu a classe trabalhadora do mesmo, apontando que caminhos tomaram os trabalhadores para garantir sua sobrevivência.

A fase inicial da pesquisa reúne dados coletados no sindicato da categoria, selecionados através de uma amostragem de trabalhadores, 610 que responderam ao questionário, traçou-se um perfil dos desempregados nos últimos anos.

Assim, apreendeu-se um olhar cuidadoso sobre os dados extraídos dos questionários. A pesquisa caracteriza-se como quanti-qualitativa, tendo em vista a importância do levantamento de dados. A interlocução com os atores sociais em situação de desemprego nos últimos anos, será desenvolvida na renovação do projeto, já aprovado com a nova numeração PIB-SA-0069/2012.

Desta forma, será possível fazer um recorte histórico mais detalhado e conhecer o destino dos trabalhadores após o desemprego no sentido de garantir sua sobrevivência e se ele pôde se reincorporar no mercado de trabalho novamente, se não o conseguiu, que fatores influenciaram nos caminhos que foram seguidos.

Por hora, consta neste relatório conclusivo, dados comentados extraídos dos questionários aplicados junto aos trabalhadores do sindicato da categoria.

4 RESULTADOS

Há cerca de 600 empresas no Polo Industrial onde um pouco mais de 150 compõem a lista do ramo de eletroeletrônicos. No período de novembro de 2011 a março de 2012, 56% das empresas do ramo de eletroeletrônicos estiveram presentes no sindicato STIMMEEIEMCEESCNA (Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Eletroeletrônicas, Informáticas, Eletrônicas, Materiais e Componentes Elétricos, Eletrônicos Similares e Construção Naval de Manaus-AM), para efetuar a homologação das rescisões contratuais de seus funcionários. Vide relação na tabela abaixo.

1	BRASCABOS AMAZ.	29	HDL DA AMAZ.	57	PST DA AMAZ.
2	BRASITECH LTDA.	30	HMB IND. COMERC. LTDA.	58	QUALITECH
3	BRITANIA LTDA.	31	I. T.J.R.S.C	59	RCA DA AMAZ.
4	BRIVICTORY BRASIL	32	IBT IND. BR. TELEV.	60	REFLECT LTDA.
5	CEMAZ DA AMAZ.	33	IMP/EXPO/IND.JIMMY	61	SALCOMP DA AMAZ.
6	COELMATIC LTDA.	34	INCOTOKYO LTDA	62	SAMSUNG ELETRON.
7	COMPONEL LTDA.	35	INST. TECN. J. R. C.	63	SAT BRAS DA AMAZ.
8	CONTINENTAL LTDA.	36	INTELBRAS DA S/A	64	SEMP TOSHIBA
9	DIGIBOARD DA AMAZ.	37	INTERA TECNOLOGIA	65	SET DO BRASIL LTDA.
10	DIGIBRAS DO BRASIL	38	JABIL DO BRASIL	66	SIEMENS ELETROEL.
11	DIGITRON AMAZ. S.A	39	JIMMY IMPOR. EXPOR.	67	SMARTRAC DA AMAZ.
12	ELCOTEQ DA AMAZ.	40	L.G ELETRONICS	68	SONY BRASIL
13	ELETROLUX AMAZ.	41	LP DISPLAY LTDA.	69	STECK DA AMAZ.
14	ELO AMAZONIA LTDA	42	MEGATONER DA AMAZ.	70	SUMIDENSO DA AMAZ.
15	ELSYS LTDA.	43	MSC COMP. DA AMAZ.	71	TECHNICOLOR BRA.

16	ENVISION LTDA	44	MTD DA AMAZ.	72	TECPLAM LTDA.
17	EVADIN IND. AMAZ. S.A	45	NCR BRASIL S/A	73	TEIKON AMAZ. LTDA.
18	FLEX IMP/EXP LTDA	46	NOKIA DO BRASIL	74	TERRA DA AMAZ.
19	FLEXCABLES DA AMAZ.	47	ORBINOVA DA AMAZ	75	TOMATEC ELET. LTDA
20	FOXCONN MOEBG	48	PACE BRASIL LTDA.	76	TPV DO BRASIL LTDA.
21	GBR DA AMAZ.	49	PALLADIUM DA AMAZ.	77	TRONY IND. ELET. LTDA
22	GELNET. LTDA.	50	PANASONIC DO BRASIL	78	TROPICAL LTDA.
23	GIGA ELET. LTDA	51	PHILCO ELETRONIC.	79	UEI CONT. REMET. LTDA
24	GK & B DA AMAZ.	52	PHILIPS DO BRASIL	80	UNICOBA DA AMAZ.
25	GREE ELET. LTDA	53	PHITRONICS LTDA.	81	VISIONTEC AMAZ. LTDA.
26	GSI DA AMAZ.	54	PIONNER DO BRASIL	82	VISTEON AMAZONAS
27	H. BUSTER DA AMAZ.	55	POSITIVO DA AMAZ.	83	WHIRLPOOL ELETROD. S/A
28	HARMAN ELET. LTDA	56	PROCOMP DA AMAZ.	84	YOMASA AMAZ. LTDA.

Tabela 1: Empresas que passaram pelo PIM, Novembro de 2011 a Março de 2012.

Fonte: STIMMEEIEMCEESCNA

As empresas que mais demitiram neste ramo, entre 2009 e 2011 foram respectivamente: LG ELETRONICS, responsável por 1.628 demissões, seguida por SALCOMP DA AMAZÔNIA com 966 demissões e SAMSUNG com 598 demissões. A grande maioria das demissões foi centrada no público masculino, conforme levantamento geral das empresas do PIM realizado pelo sindicato. Na pesquisa de campo, observou-se que 58,8% dos demitidos que responderam ao questionário eram do gênero masculino e 41,14 % do gênero feminino.

No período de coleta de dados através de questionário, observou-se, que a maioria dos trabalhadores demitidos do Setor eletroeletrônico são jovens entre dezoito e vinte e nove anos, do

total pesquisado, 55% pertence a esta faixa etária, seguidos pela faixa etária de trinta a quarenta anos, 36%, e , 9% pertencem ao grupo com idade entre quarenta e um a sessenta anos.

Os trabalhadores demitidos do setor eletroeletrônico recebiam entre 1 a 2 salários mínimos; 45% dos homens e 37% das mulheres e, quando contabilizado o público feminino demitido corresponderam a 85,6%, das mulheres demitidas que recebiam este valor e 75,2% eram do gênero masculino.

Do total 4% das mulheres possuía ensino fundamental; 89,5% ensino médio; 5% estavam cursando ensino superior e 1,5% possuía ensino superior completo. Dos homens, 5% possuíam ensino fundamental; 80% ensino médio; 11% estavam cursando ensino superior e 4% possuíam ensino superior completo.

Apenas 7,5% do total de mulheres demitidas recebiam entre 3 a 4 salários mínimos, quando unimos este montante ao total de demitidos pesquisados, as mulheres que recebem este valor salarial correspondem a 3,1%. No que se refere à escolaridade, 2,7% destas mulheres têm ensino médio; 3,1% ensino superior incompleto e 1,1% ensino superior completo. Já entre os homens que recebiam entre 3 a 4 salários mínimos, eram 14,2%. Ao unir o grupo no total de demitidos pesquisados, este representa 8,3%, sendo que se registrou um trabalhador; 0,2% em dados percentuais, com ensino fundamental, ensino médio 5,8% , cursando o ensino superior 3,6% e, 4,1% que possuíam ensino superior completo.

Ainda observando a relação ou não relação do nível salarial com a escolaridade, pode-se mensurar que do total de demitidos respectivamente, com salários de 5 a 6 mínimos, 7 a 8 e, com 9 ou mais salários, o gênero feminino não representa sequer 1,5% do total pesquisado, enquanto o masculino conta com 6,2% de seus trabalhadores neste patamar salarial, com incidência de 4% entre 5 a 6 salários mínimos. Todas as mulheres que ganhavam 9 salários mínimos ou mais, possuíam ensino superior completo. Quanto aos homens, ou cursavam ensino superior ou já o tinham completado, apenas um possuía mestrado.

Ao todo foram preenchidos 610 questionários no período de novembro de 2011 a março de 2012, devido à dificuldade de logística e disponibilidade de tempo, uma vez que os trabalhadores estavam aguardando as empresas para assinar rescisão contratual, algumas perguntas não foram preenchidas o que responde a lacuna entre a somatória das porcentagens. O projeto em sua renovação ampliará o horizonte das respostas dadas, possibilitando melhor comentários sobre a situação do desemprego no polo Industrial de Manaus.

REFERÊNCIAS

Amazônida: *Revista do Programa de Pós-Graduação da faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas*, ano 1, n.1 (1996). –Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, v 23. 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ENGUITA, Mariano Fernández. *Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação*. Tradução de Eran Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERRETI, Celso João; ZIBAS, Dagmar; M. L., MADEIRA, Felícia R. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. SALERNO, Mário Sérgio. Trabalho e Organização na empresa industrial, integrada e flexível. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo, Martins Fontes,1980.

HIRATA, Helena. *Da polarização das qualificações ao modelo de competência*. In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola,1992.

HIRATA, Helena Sumiko. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. In: Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. São Paulo: Alast, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HORTA, Ana Magdalena; LUZ, Cátia. *Pesquisa exclusiva da Fiesp revela os setores que mais demitiram na última década. Época. Roubo e Conspiração: Como é a quadrilha que age dentro da receita federal*, nº 281, 48-50, outubro. 2003.

Indústria. Disponível em <http://www.suframa.gov.br/mzfm_industria.cfm>Acesso em 20 de jun.2005

KATO, Jerry Miyoshi, PONCHIROLLI, Osmar. *O desemprego no Brasil e os seus desafios éticos*. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.3, p. 87 – 97, set/dez. 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. *O ensino médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito*. Educação e Sociedade, n. 70, p. 15 – 39, abr. 2000.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Joel. *A pesquisa qualitativa*. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 48 – 58.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregados nos anos 90*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. *A fábrica como espaço educativo*. São Paulo: Scortecci, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Zona Franca de Manaus: Análise dos discursos intelectuais nas categorias Estado e desenvolvimento regional*. 2001. 103f. Dissertação (Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. *Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional na Zona Franca de Manaus*. Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

_____. Selma Suely Baçal de. *A indústria eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus: um olhar sobre o processo de trabalho e a qualificação dos trabalhadores*. 2002. 195f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. *A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos*. Editora da Universidade do Amazonas, 2007.

PADOIN, Egre Terezinha. *Educação e inserção no mercado de trabalho: um estudo a partir das intermediações do emprego*. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

POCHAMANN, Márcio. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Campinas: Mimeo, 1998.

PADOIN, Egre Terezinha. *Educação e inserção no mercado de trabalho: um estudo a partir da intermediação de emprego*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Tese.

SALERNO, Mário Sérgio. *Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível*. In: FERRRETI, Celso João. et al. Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Educação, Trabalho e Desenvolvimento: uma complexa relação*. Revista do NETE trabalho e Educação, Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, nº 06 jul/dez 1999- jan/jun 2000, p 14-46, 2000.

VIEIRA, Zânia Maria Rios Aguiar. *Impactos da terceirização na cultura organizacional: um estudo de caso na Gradiente Eletrônica S.A. do Distrito Industrial de Manaus*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Apêndice 1- Instrumento de coleta:

1. Dados pessoais:

Nome:

Endereço:

Telefone:

Email:

2. Faixa etária em que você se encontra:

() 18 a 29 () 30 a 40 () 41 a 60

3. Assinale seu maior grau de escolaridade:

() Fundamental () Médio acadêmico () Médio profissionalizante () Superior completo

() Superior incompleto () Mestrado profissional () Mestrado acadêmico () Doutorado

4. De 2006 a 2011 marque os anos em que esteve empregado:

() 2006 () 2007 () 2008 () 2009 () 2010 () 2011

5. Reconquistou o emprego exercendo a mesma função de onde saiu?

() Sim () Não

Ainda neste período você trabalhou em quais setores?

6. De 2006 a 2011 marque os anos em que esteve desempregado:

() 2006 () 2007 () 2008 () 2009 () 2010 () 2011

O que fez para manter-se economicamente ativo?

7. Assinale qual dos valores abaixo mais se aproxima do que você recebia enquanto empregado:

() 1 a 2 salários () 3 a 4 salários () 5 a 6 salários () 7 a 8 salários () 9 ou mais salários

8. Participou de algum curso de qualificação no período em que esteve empregado?

() Sim () Não

Se sim, qual(is)?

Se não, por quê?

9. Participou de algum curso de qualificação no período em que esteve desempregado?

() Sim () Não

Se sim, qual(is)?

Se não, por quê?

10. Que fatores você acredita serem determinantes para a conquista ou reconquista do emprego no setor eletroeletrônico:

() Formação escolar () Formação técnica () Experiência profissional () Indicação para o cargo ()

Formação em cursos () Outros fatores tais como: _____

11. Descreva sua trajetória para chegar ao Polo Industrial de Manaus, indicando ainda onde gostaria realmente de trabalhar se pudesse escolher: